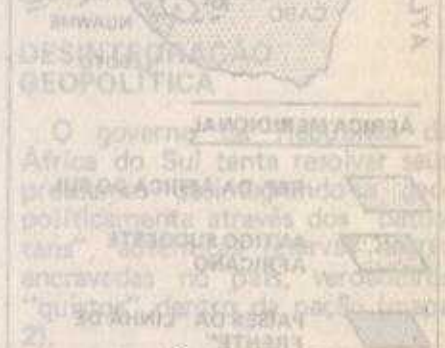




“O APARTHEID” NA REPÚBLICA SUL-AFRICANA

Gilberto Roque Carneiro



A República da África do Sul, equivalente à área do nosso Estado do Pará, compreende as antigas colônias inglesas do Cabo, Natal, Transvaal e o Estado Livre de Orange (mapa 1). Posicionada na parte meridional do continente africano, entre os oceanos Índico a leste e o Atlântico Sul a oeste. Observando-se-lhe os 3000 km do litoral veremos que mais de 2000 km pertencem à antiga colônia do Cabo que se estende na direção do Índico.

A atual província do Cabo, onde se encontra a cidade do Cabo, a capital administrativa da África do Sul, foi o núcleo geo-histórico do país. A célula-mater que englobou a estratégia econômica de Portugal no século XVI, passou para a Holanda no século XVII

e garantiu a Índia para a Inglaterra no século XIX. É o embrião que ao lado das províncias de Natal e do Transvaal, onde se encontra Pretória, a capital administrativa, e o Estado Livre de Orange, compõem a controversa África do Sul, o enigma geopolítico de nosso século.

No momento em que renasce a rota do Cabo da Boa Esperança, vital para o abastecimento de petróleo ao Ocidente, as superpotências vislumbram a grande importância estratégica da África do Sul, tornando-a foco das atenções internacionais.

IMPLICAÇÕES RACIAIS

“Uma pessoa branca é um ser cuja aparência é obviamente de



MAPA 1

um branco e não comumente reconhecida como pessoa mestiça. Mas mesmo que uma pessoa seja branca, e que seja como tal reconhecida, não será assim classificada no registro populacional do Ministério do Interior se um de seus pais naturais houver sido classificado como membro de outra raça" (Ato de Registro Populacional da África do Sul - 1950).

Esta é a lei para um país de 27 milhões de habitantes (estimativa de 1978), composta por 68% de negros repartidos por diversas tribos, 19% de brancos divididos em "afrikaners" originários dos holandeses e os descendentes de ingle-

ses, 10% de mulatos chamados de "coloreds" e 3% de asiáticos.

Esta é a lei que dentro do intrincado mosaico étnico institucionaliza o Apartheid, ou seja, o desenvolvimento em separado das raças, base sobre a qual se constitui toda a estrutura política e econômica do país. Dentro da classificação de raças determina-se a extensão dos direitos e liberdades do cidadão. Onde deve morar, que tipo de trabalho deve realizar, que espécie de educação receberá etc. Cada grupo étnico participa de competições esportivas diferentes, ocupa bancos separados em praças públicas, tem pontos de táxis e cabines telefônicas separadas, hospitais e cemitérios distintos. Dentro do mais completo apartheidismo cada grupo étnico tem horário para frequentar órgãos públicos, tais como bibliotecas, museus, galerias de arte etc.

O principal defensor do apartheidismo é o ultraconservador Partido Nacional, defrontando-se politicamente com o Partido Unido, que reúne conservadores e liberais moderados, como também com o ultra-revolucionário Partido Progressista. Este último, que vem sendo minoritário no governo, é a favor do voto universal que redundaria numa maioria negra para o Parlamento, e pleiteia a mais completa integração racial. É sem dúvida o "Progref", como é mais conhecido, que vem contribuindo para as tensões raciais no país, sendo, por isso, seus componentes acusados pela organização secreta "Buederbund", como vanguardistas de uma sociedade permissiva. Isto

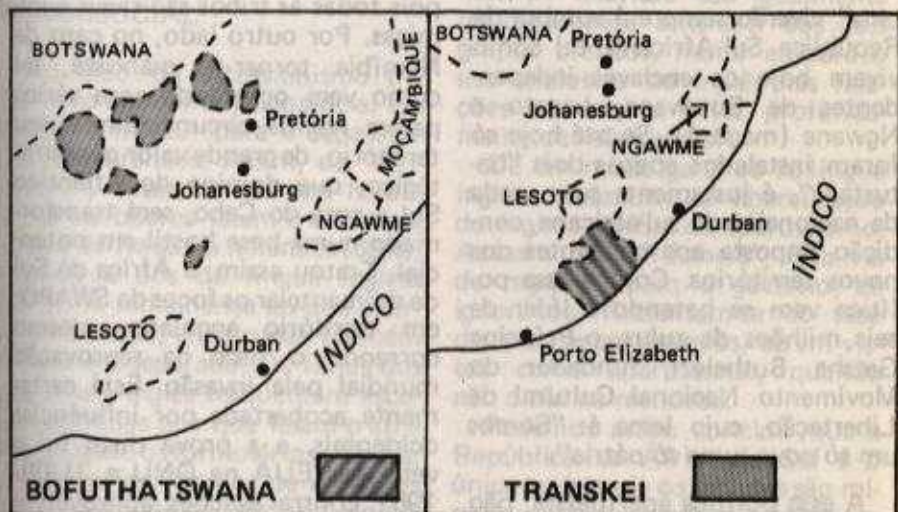
porque, com grande força política, o "Buederbund" se opõe a qualquer liberalização da política apartheista.

Constatamos, pois, que o problema da República Sul-Africana não é colonial e sim essencialmente africano, visto que os brancos que lá estão chegaram há três séculos. A cidade do Cabo tem a mesma idade de Nova York, ambas fundadas pelos holandeses. Constatamos ainda ser apartheidismo e não racismo o que acontece na República Sul-Africana, pois quase um século depois da "Guerra dos Bôeres", os brancos sul-africanos continuam ainda divididos por desavenças, diferenças de línguas e costumes. O apartheid da África do Sul é semelhante mas não igual ao do racismo, visto que o país africano, além do separatismo

branco-negro, apresenta o sério problema do dualismo branco. Dualismo semelhante ao que ocorre no Canadá, entre os separatistas franceses de Quebec e os anglo-canadenses. Apresentando também a República Sul-Africana, como o país americano, o problema secessionista da Namíbia, o antigo Sudoeste Africano, recebido da Alemanha em 1915.

DESINTEGRAÇÃO GEOPOLÍTICA

O governo da República da África do Sul tenta resolver seus problemas desintegrando-se geopoliticamente através dos "batus-tans", autênticas reservas negras encravadas no país, verdadeiros "quistos" dentro da nação (mapa 2).



MAPA 2

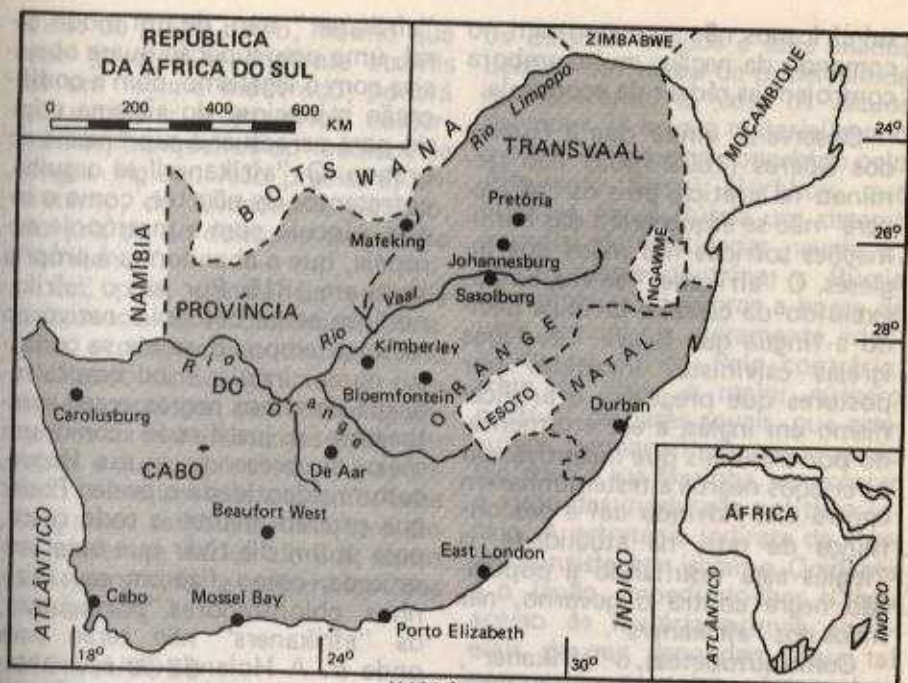
O primeiro "batustan", surgido em 1976, foi assim analisado pelo *The World*, jornal de língua inglesa destinado ao público negro: "Nasceu a farsa da República do Transkei. Tanto na conjuntura interna, quanto no quadro internacional, nasce morto". Economicamente o Transkei, abrigando negros zulus, conta com grande potencial agrícola. Foi sucedido, no ano seguinte pelo Bofuthatswana, arquipélago geopolítico constituído por sete enclaves abrigando negros tswaras, ocupados nas minas de platina.

Dentro do programa de desenvolvimento separado ou desintegração geopolítica, instituído em 1948, deverão ser criados nove "batustans" independentes, abrigando cada um tribos originais ou aparentadas. Ocuparão 13% da área total do país, ficando, pois, os demais 87% para os brancos. Economicamente esses "batustans" viverão sempre à sombra da República Sul-Africana, tal como vivem hoje os enclaves independentes de Botswana, Lesoto e Ngwane (mapa 1). Se até hoje só foram instalados apenas dois "batustans", é justamente pela perda da nacionalidade sul-africana, condição imposta aos ocupantes dos novos territórios. Contra essa política vem se batendo o líder de seis milhões de zulus, o Príncipe Gatsha Buthelezi, fundador do Movimento Nacional Cultural de Libertação, cujo lema é: "Somos um só povo, uma só pátria".

A essa política apartheidista, não reconhecida pela ONU, se opõem

os negros dos núcleos urbanos, entre os quais se destacam os do Soweto, cidade dormitório a 15 km de Johannesburg (mapa 3).

Quanto à Namíbia, na realidade um caso de secessionismo geopolítico, a independência poderá ser concedida pelo governo "afrikander", porém transformando-a numa "colcha de retalhos". Trata-se da divisão da Namíbia entre suas onze tribos; política a que se opõe a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), movimento tribalista da Ovambo-lândia, na fronteira da Angola. Essa divisão interessa à África do Sul, considerando o posicionamento geoestratégico da Namíbia no Atlântico Sul. Concedida a independência à Namíbia sob a direção dos Ovambos, guerrilheiros da SWAPO, embora seja a tribo mais numerosa e mais ativa, não poderá evitar a transformação do país num "barril de pólvora", pois todas as tribos são rivais e inimigas. Por outro lado, no caso da Namíbia tornar-se marxista, tal como vem ocorrendo com vários países negros circunvizinhos, seu território, de grande valor geoestratégico, que domina do Atlântico Sul a rota do Cabo, será transformado numa base hostil em potencial. Tratou assim, a África do Sul de dismantelar os focos da SWAPO, em território angolano, mesmo correndo o risco da reprovação mundial pela invasão. Está certamente acobertada por influências ocidentais, e a prova disto foi o veto dos EUA na ONU a 31/08/1981 contra sanções aplicáveis à África do Sul.



MAPA 3

SECESSIONISMO PSICOSSOCIAL

Ao lado do secessionismo tribal o componente psicossocial em muito contribui para o separatismo dos brancos. Assim, os "afrikaners", descendentes dos holandeses ou bôeres falam o afrikaan, língua derivada do holandês (60%), opondo-se aos de língua inglesa (40%). À semelhança do que ocorre no Canadá, a instrução também é dada em separado. Os filhos dos que falam inglês frequentam escolas separadas dos que falam o afrikaan. Desde os formulários oficiais, aos anúncios, rótulos de remédios e até catálogos de telefone são escritos nos dois idiomas. Os progra-

mas de televisão são igualmente divididos para satisfazer aos dois grupos brancos, muito embora o uso exclusivo do inglês nas relações comerciais irrite profundamente os "afrikaners".

De um modo geral os de língua inglesa defendem a liberalização do regime e o fim do apartheidismo. Acusam os "afrikaners", que via de regra ocupam o governo, de ignorá-los. Ressentem-se do fato de, por serem brancos, serem vistos como apartheidistas, quando não o são na realidade.

Podemos assim concluir que a República da África do Sul é o único país onde os ingleses são minoria dentro da minoria dominante. Constituindo 40% dos brancos

sul-africanos não se encontram no comando da nação, muito embora controlem as rédeas da economia.

Observa-se ainda que a Guerra dos Bôeres (1899-1902) não terminou na prática, pois os "afrikaners" não se esqueceram das humilhações sofridas nas mãos dos ingleses. O "afrikaner" se viu, então, excluído da carreira jurídica devido à língua que falava. Teve suas igrejas calvinistas invadidas por pastores que pregavam o anglicanismo em inglês, e era atormentado por tribunais que incentivavam os criados negros a testemunharem contra ele. Advindo daí a desconfiança de que, na atualidade, o "inglês está insuflando a população negra contra o governo, nas mãos dos "afrikaners".

Como autodefesa, o "afrikaner", vencido na guerra, se retirou para o interior do país, permanecendo alheio aos pensamentos liberais que se disseminavam pela Europa e América durante o século XIX. Relegado à categoria de cidadão de segunda classe procurou refúgio na religião, uma forma fundamentalista do calvinismo, e se fortaleceu através do "Buederbund", sociedade secreta, à espera do dia em que o poder voltasse a ser seu. E esse dia chegou em 1948, com a vitória do Partido Nacional que passou a consagrar o apartheid, implantado de certo modo em 1908 pelos próprios ingleses, ao tirarem dos não brancos o direito do voto. Com o poder nas mãos dos "afrikaners", os numerosos atos legislativos, bem como a constituição do país, passaram a sustentar o apartheid. Assim, o

"afrikaner" tem, de um modo geral, uma preocupação quase obsessiva com o legalismo, com a codificação minuciosa do sistema erigido para perpetuar a supremacia do branco. O "afrikaner" se orgulha, entretanto, de não ter, como o inglês, vínculo com a metrópole europeia, que o abandonou à própria sorte em 1815. Por isso o "afrikaner" se sente colono e nativo ao mesmo tempo. E se ele se constituiu numa singular tribo branca rodeada de tribos negras, o seu apartheidismo é justificado como um meio de preservar a sua língua, cultura, identidade e poder. Poder que procura manter a todo custo, pois se um dia tiver que bater em retirada, como fizeram seus vizinhos colonizadores portugueses, os "afrikaners" não terão para onde ir. A Holanda de seus antepassados os repeliu e os repele ainda hoje. A língua, os costumes, os privilégios que possuem por serem funcionários do Estado ou políticos de carreira, os tornam um produto de difícil importação no mercado imigratório.

Já o sul-africano de língua inglesa, declarando-se publicamente contra o apartheid nada tem a perder. Além de ter muitas vezes o passaporte inglês, tem à sua disposição vários países da Comunidade Britânica. Sua língua é a chave que lhe abrirá portas não só na Inglaterra e Estados Unidos, como no Canadá e Austrália. Nesses países ele será bem recebido pela atividade de que exerce como homem de empresa ou profissional liberal.

Por outro lado, se a República da África do Sul vier a cair na

mãos do poder negro, mesmo que esse governo se implante através de um regime moderado, poderá vir a tolerar empresários, comerciantes, banqueiros ou médicos de língua inglesa. Não precisará, entretanto, do funcionário público, do juiz ou do delegado de polícia "afrikaner".

Eis, pois, dentro do enfoque psicossocial as verdadeiras implicações e perspectivas do apartheid na República Sul-Africana. E, dentro do contexto, no momento em que os direitos humanos estão em moda e que o apartheid é apontado como um mal supremo, cabe perguntar: se houver uma inversão de poder na África do Sul, como será garantida a segurança dos "afrikaners"?

CONCLUSÕES

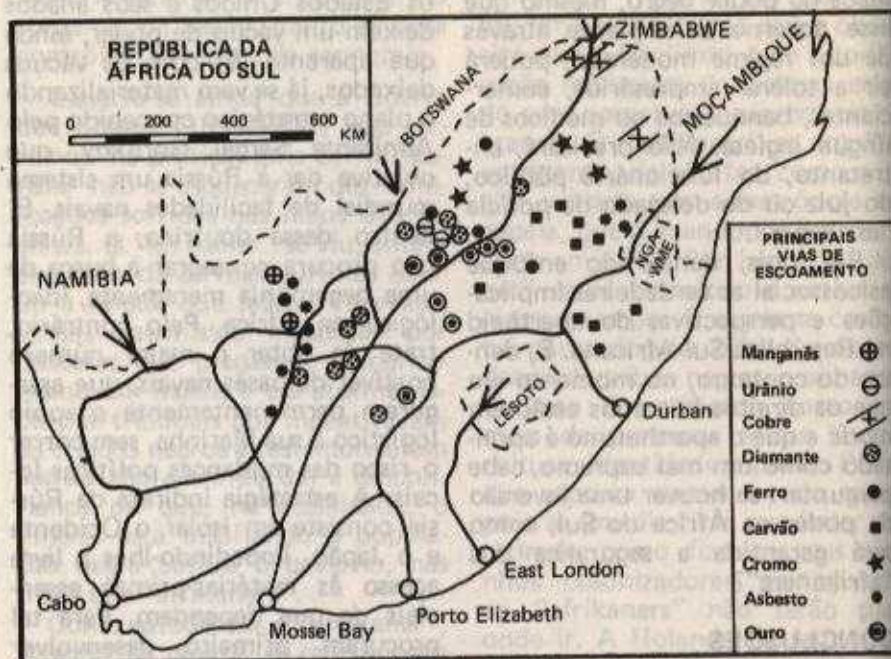
Depois que a disputa Oriente-Occidente no Vietnã terminou em favor do Oriente, prosseguiu a luta de nacionalidades e regiões de interesse chineses versus soviéticos.

O pseudonacionalismo na África tribal procurou reprimir linhas de batalha alienígenas, mas não as extinguiu.

Assim, a descolonização na África tomou uma aparência de solidariedade continental, numa causa comum no sul, a oposição ao governo branco da República Sul-Africana. E neste quadro apoio soviético, via Cuba, tem sido buscado. Os que o defendem estão convencidos de que os russos podem não ter um plano geral para dominar a África, o que é irreal. É fato que eles estão determinados a movimentar para onde quer que

os Estados Unidos e seus aliados deixem um vácuo de poder, ainda que aparente. E, com os vácuos deixados, já se vem materializando o plano estratégico concebido pelo Almirante Sergei Gorhkov, que objetiva dar à Rússia um sistema mundial de facilidades navais. E, dentro dessa doutrina, a Rússia não procura consagrar a busca de uma hegemonia meramente ideológica na África. Pelo contrário, trata de obter o maior número possível de bases navais, que assegurem permanentemente o apoio logístico à sua Marinha, sem correr o risco das mudanças políticas locais. A estratégia indireta da Rússia consiste em isolar o Ocidente e o Japão, impedindo-lhes o livre acesso às matérias-primas essenciais de que dependem. Para tal procuram primeiro desenvolver um poder naval capaz de ameaçar as comunicações marítimas entre os Estados Unidos e seus aliados, através do Atlântico Sul. Em seguida controlar as fontes de fornecimento de matérias-primas utilizando forças pró-soviéticas (mapa 4).

Na costa africana do Atlântico a Rússia já conta com quatro portos amigos: Conacri, a Capital da Guiné, a própria Guiné-Bissau; o Congo-Brazzaville, de onde foram iniciadas as operações militares em prol da independência de Angola que, na esfera marxista, lhes cedeu Luanda. No contexto, pois, Angola oferece aos russos, via cubanos, a base para ponto de pressão contra a República Sul-Africana, através do secessionismo da Namíbia. Se os Estados Unidos mantiverem



MAPA 4

o seu apoio, embora indireto à África do Sul, fortalecendo a posição de Jonas Savimbi, líder angolano do movimento contra o atual governo de Luanda, poderá ocorrer um golpe de estado passando Angola para a esfera Ocidental. Se tal não ocorrer, contando do outro lado com o apoio de Moçambique, embora não um apoio tão irrestrito quanto o de Angola, poderá a Rússia, no futuro, exercer um efetivo "movimento de pinça" contra a República da África do Sul. Tal desfecho ainda não aconteceu porque os países da chamada "linha de frente" (mapa 1), são autênticos reféns da África do Sul. Isto porque, embora frontalmente contra o apartheid de Pretória, ironicamente, a dependência eco-

nômica desses países é quase total para com o vizinho sulista. Os países da "linha de frente" se encontram na incômoda posição de denunciar a política apartheidista da África do Sul e manter relações comerciais normais com o "inimigo".

O Zimbabwe, por exemplo, é um país isolado que depende do acesso ao mar para sobreviver. Teoricamente poderia usar os portos de Moçambique, mas o sistema de transportes desse país não tem condições para atender a demanda. A Zâmbia vive o mesmo problema com seus vizinhos, Angola no Atlântico e Tanzânia no Índico, também com sistemas inadequados de transporte. Por isso o cobre produzido nas minas da

Zâmbia, cujos proprietários são o governo local e a Anglo-American, empresa sul-africana, é exportado através de ferrovias e portos melhor equipados da África do Sul. Por sua vez, os créditos e gêneros de primeira necessidade de que a Zâmbia necessita vêm também do país apartheidista que ela tanto combate. A Tanzânia, também nação da "linha de frente", opera minas de diamante em sociedade com uma empresa sul-africana, a Oppenheimer-Debeers. Enquanto técnicos sul-africanos são responsáveis pela operação de portos e ferrovias de Moçambique, é a África do Sul que supre de energia elétrica a cidade de Maputo. É também responsável por 20% das importações desse país enquanto 35.000 moçambicanos trabalham em minas sul-africanas.

Constatamos, pois, que os vizinhos que formaram contra a África do Sul a chamada "linha de frente" são, simultaneamente, vítimas e prisioneiros de circunstâncias sobre as quais não têm controle. E que em termos econômicos essas relações são lógicas e necessárias, devendo, na prática ser aumentadas, dentro do propósito de se criar uma economia forte e independente na região meridional do continente africano.

Por sua vez, procurando ganhar tempo, a Rússia solapa a República da África do Sul pela guerra revolucionária, de onde poderá controlar melhor o tráfego marítimo pela rota do Cabo. Daí deverá estar bem mais à vontade para controlar as rotas vitais Atlântico-Sul Índico. Parece que o Ocidente

compreendeu a dimensão do desastre econômico-militar que teria com a queda da República da África do Sul. Desaparecia desde logo toda e qualquer possibilidade de proteger a rota do Cabo. Consequentemente, as fontes de matérias-primas essenciais ficariam sujeitas a ameaças constantes. Sobre tudo em tempo de guerra, os adversários do Ocidente estariam comodamente instalados para dividir o mundo em dois. Ao Brasil não interessa, evidentemente, esta divisão. Mesmo porque o tráfego marítimo vital para o país depende da rota do Cabo. Mas também não nos interessa a escalada do conflito Angola-África do Sul. Nossas relações comerciais com a República Angolana são hoje estreitas, e provavelmente ditaram a recente reprovação brasileira na ONU, pela invasão de seu território, visto que a nossa diplomacia vem sendo mais econômica do que estratégica.

A 29/04/1981 o Partido Nacional elegeu o quinto Primeiro-Ministro da república da África do Sul, nas "eleições gerais" em que 84% da população foi impedida de votar por causa de sua raça. Pieter Willem Botha esteve no Soweto, onde até então nenhum governante "afrikaner" ousara ir. Pouco depois reconhecia que os negros são essenciais à continuada prosperidade e crescimento do país. E nenhum país do mundo está prosperando tanto quanto a África do Sul, que em 1980 teve um crescimento econômico real de 80%.

Mesmo ante a sensação de instabilidade, os sentimentos de Bo-

tha vêm sendo mais fortes que as suas realizações. Mesmo observando que seu país está se tornando mais negro, não apenas em termos demográficos como também em presença nas áreas que os brancos sempre consideraram como exclusivamente suas. Com o advento do poder negro no Zimbábue, bem como a independência de Angola e Moçambique, o jovem negro sul-africano vem rejeitando o papel servil a que está submetido.

Diante destas implicações e perspectivas, o governo de Pretória autoriza a constituição de sindicatos negros, mas persegue seus líderes. Admite negros nas universidades, mas os proíbe de morar perto delas. Promete novas oportunidades aos negros das cidades, propondo em seguida uma legislação que os impede de recorrer aos tribunais em defesa dos mínimos direitos que possuem.

Diante destas implicações e perspectivas, os "afrikaners" já não falam mais de governo branco e sim da autodeterminação dos brancos.

Admitamos que a Lei das Áreas Grupais persista preservando a maior parte das terras para a ocupação e desenvolvimento dos brancos. Que a Lei da Segurança Interna não seja modificada e continue dando à polícia carta-branca para sufocar os movimentos rebeldes negros. E que a Lei de Proibição

de Interferência Política ainda vigore, impedindo a política multirracial. Todas essas são perspectivas razoáveis, visto que nenhuma dessas medidas, consideradas como bloco básico do apartheidismo, está sendo questionada e ameaçada por uma reforma fundamental.

"Zuid — wes Afrika?"
(Aonde vais, África?)

BIBLIOGRAFIA

- 1 CASTRO, Therezinha de. *África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1979.
- 2 DELGADO DE CARVALHO, Carlos. *Zuid — Wes Afrika*. Rio de Janeiro. Atlas de Relações Internacionais. IBGE.
- 3 GREIG, Jan. *O Desafio Comunista*. Rio de Janeiro. Nº 2 da Coleção Sonda do Mundo. Editorial Abril, 1978.
- 4 HARAZIM, Dorrit. *Além da cor da pele, pouco une os brancos de África do Sul*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 06/03/78.
- 5 HARWOOD, Richard. *Dependência de Pretória, o dilema da Linha de Frente*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 10/05/81.
- 6 KNIGHT, Robin. *Namíbia, o difícil nascimento de um país*. Rio de Janeiro, O Globo, 30/08/81.
- 7 LELYWELD, Joseph. *África do Sul muda para tentar continuar a mesma*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 10/05/81.
- 8 PILTCHER, Isaac. *África do Sul*. Rio de Janeiro, Caderno Especial do Jornal do Brasil, 21/11/76.
- 9 SOMBRA, José Luiz. *Até onde vai a liberdade de Vorster*. Rio de Janeiro, O Globo, 05/12/76.
- 10 WALKER, General Sir Walter. *O Urso à porta de Trás: a Ameaça Soviética à Integridade do Ocidente em África*. Coimbra, 1979.



O Capitão-de-Corveta Gilberto Roque Carneiro encontra-se atualmente fazendo o Curso de Comando e Estado-Maior na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro. Dentre suas funções exercidas anteriormente destacam-se: Subchefia de Tática do Comando de Operações Navais, Comandante do rebocador Tritão e Chefe do Serviço de Relações Públicas do 1º Distrito Naval, R.J.